



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.037, DE 2020

(Do Sr. Juninho do Pneu)

Dispõe sobre o direito de arrependimento na compra ou prestação de serviços.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-6485/2016.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei facilita aos consumidores realizarem trocas por arrependimento em compras realizadas pessoalmente, eletronicamente, em prestações de serviço, transporte e produtos.

Art. 2º. A Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que Dispõe sobre a proteção do consumidor, passa a vigorar acrescido da seguinte redação:

“Art.49 - O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, mesmo que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer no estabelecimento comercial, ou por meio eletrônico, telefone ou a domicílio.

§.1 - Se o consumidor exercitar o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados.

§.2 – O consumidor poderá desistir qualquer tipo de contrato comercial sendo eles de prestadores de serviços, produtos, transporte, ações.”(NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Lei que visa ampliar o prazo de arrependimento para aquisição de produtos ou prestadores de serviços, inicialmente pelo período de 7 dias somente por meio eletrônico, agora dando a possibilidade de arrependimento presencial em todos os diversos tipos de aquisições.

Hoje inicialmente o prazo de 7 dias é considerado para a aquisição de bens e serviços somente com a contratação por meio eletrônico, o que inviabiliza o direito de arrependimento presencialmente.

Importante salientar, sobre a compra por compulsão que é um problema emocional que afeta diretamente o bolso de quem é acometido por ela. Considerada uma doença, a oniomania consiste no ato de adquirir bens desnecessários em excesso e tem como motivação uma vontade incontrolável pelo gasto. Efetuado o consumo, a pessoa costuma ser tomada por uma sensação de arrependimento, gerada pelas compras além da conta.

Essas pessoas sofrem com uma doença que elas em momentos de compulsão acabam comprando demasiadamente produtos e serviços sem necessidade e depois se arrependerem ou os próprios familiares conseguiram reverter essa compra.

Ademais, alguns serviços se eximem dessa responsabilidade constante no artigo 49 do CDC, as próprias empresas de transportem se negam a aceitar o direito de arrependimento, o que prejudica o consumidor.

Face à enorme relevância do tema, conto com o apoio dos nobres pares para analisar, aperfeiçoar e aprovar este projeto de lei com a maior brevidade.

Sala das Sessões, em de 2020.

Deputado **JUNINHO DO PNEU**
DEM/RJ

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI N° 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

CAPÍTULO VI DA PROTEÇÃO CONTRATUAL

Seção I Disposições Gerais

Art. 49. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

Parágrafo único. Se o consumidor exercitar o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados.

Art. 50. A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito.

Parágrafo único. O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, devendo ser-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações.

.....

.....

FIM DO DOCUMENTO
